



ESTADO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

Página nº:

215

PARECER nº 342/2022, sobre o Processo nº. 097/2022-SEMED/FME/PMVJ

PARECER CONTROLE INTERNO

Assunto: Análise e Parecer, Processo nº 097/2022-GAAD-SEMED/FME/PMVJ-Pregão Presencial- SRR nº 004/2022 – objetivando Registro de Preço, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, GENUÍNOS E/OU SIMILARES INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI-AP, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari, conforme consta no Ofício. nº. 237/2022-CPLCSO/SEMED/FME/PMVJ.

I- RELATORIO.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos termos do art. 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 114 da Constituição do Estado do Amapá, e art. 66 da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão, e visando a orientar o Administrador Público, expedimos a seguir nossas considerações:

Foi encaminhado ao Controle Interno, nesta data, o processo em referência, para fazer a análise e emitir Parecer, quanto aos aspectos legais do procedimento Licitatório, observando as legislações pertinentes.

Trata-se da apreciação do **Pregão Presencial SRP nº 004/2022 – processo nº 097/2022-CPLCSO-SEMED-FME/PMVJ, OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇO, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS GENUÍNOS E/OU SIMILARES INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, atendendo assim a Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari, conforme consta no ofício. Nº. 237/2022-CPLCSO/SEMED/FME/PMVJ.**

PSR. José Semião de Souza, 4941 – CEP: 68.922-000
Vitória do Jari – Amapá * CNPJ: 00.720.553/0001-19
www.vitoriadojari.ap.gov.br



ESTADO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

Página nº:
216

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação

II - FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

A Constituição Federal em seu artigo 37, XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se ratificada na Lei 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de **anulação e demais cominações**.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, *in verbi*.

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme definido no Art. 1º da citada lei, vejamos:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

Por se tratar de uma licitação para prestação de serviços comuns, o processo é analisado sob a lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a análise dos

Mirailene Dias da Costa
LCSF - SE. FIED - FINEP (LCSF)
2023

PSR) José Semião de Souza, 4941 – CEP: 68.924-000
Vitória do Jari – Amapá * CNPJ: 00.720.553/0001-19
www.vitoriadojari.ap.gov.br



ESTADO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

Página nº:
957

autos demonstra que o processo encontra-se instruído com as seguintes peças:

1. Houve requerimento e justificativa de necessidade da contratação;
2. Houve cotações de preços para apuração de preço médio;
3. O objeto a ser licitado foi devidamente especificado no termo de referência;
4. Há comprovação de existência de crédito orçamentário;
5. Há comprovação de adequação orçamentária e financeira;
6. Consta documentação relativa à regularidade fiscal;
7. O procedimento licitatório foi devidamente autuado;
8. Consta edital e minuta do instrumento de contrato;
9. O edital está devidamente publicado em imprensa oficial e jornal de grande circulação;
10. Foram juntados aos autos propostas de preços em via original dos licitantes Habilitados;
11. Consta nos autos Parecer da Advocacia Geral do Município nº 110/2022-AGM/PMVJ; favorável à minuta.
12. Consta nos autos Parecer da Advocacia Geral do Município nº 122/2022-AGM/PMVJ; opinando pela homologação;
13. Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame;
14. Consta relatório circunstanciado, informando o nome dos licitantes vencedores e todos os passos ocorridos durante o pregão, fundamentados nos critérios estabelecidos pelo respectivo edital.



III - DA ANÁLISE E DISPOSIÇÕES GERAIS

Em análise do processo, verificou-se que a Comissão Permanente de Licitação Compras serviços e Obras, CLPCSO, promoveu o processo de acordo com Lei federal nº 8666/93 e suas alterações, subsidiárias e demais legislações vigentes. Verificamos que consta no processo o Parecer da Advocacia Geral do Município nº 110 e 122/2022-AGM/PMVJ, favoráveis ao prosseguimento, mesmo com as ressalvas SUPRA. A Comissão Permanente de Licitação ADJUDICOU como vencedor do certame a empresa **N. J. P TURRIEL, inscrito sob CNPJ nº 20.843.303/0001-83**, no valor de total de **R\$ 269.213,64 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)**, para Registro de Preço Tipo menor preço, tendo como critério de julgamento, maior percentual de desconto, visando aquisição de forma parcelada de SERVIÇOS CONTINUADOS EM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI-AP, para Secretaria Municipal de Educação do Município de Vitória do Jari-AP, tendo como VALOR ESTIMADO PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA/HORA NO PERÍODO DE 12 DOZE MESES É DE NO MÁXIMO DE **R\$ 122.454,71 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS)**, VALOR ESTIMADO PARA

Missilene Dique da Paula
CPLCSO-SEMI-AGM/PMVJ
2022-08-18

PSR. José Semião de Souza, 4941 – CEP: 68.924-000
Vitória do Jari – Amapá * CNPJ: 00.720.553/0001-19
www.vitoriaojari.ap.gov.br



ESTADO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

Municipal de Educação do Município de Vitória do Jari-AP, tendo como Valor Estimado para SERVIÇO DE MÃO DE OBRA/HORA NO PERÍODO DE 12 DOZE MESES É DE NO MÁXIMO R\$ 122.454,71 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUARO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), Valor Estimado para aquisição de peças será de no máximo R\$ 152.253,08 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL E DUZENTO E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITO CENTAVOS).



II- DA CONCLUSÃO

Por fim, ressaltamos que as informações elencadas desde o início de todo o processo até sua conclusão são de inteira responsabilidade e veracidade da Comissão Permanente de Licitação, departamento que conduziu/gerenciou o processo.

Desta feita, retornem-se os autos á comissão permanente de licitação, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento e cumprindo com exigências da Lei Federal 8.666/93.

É o Parecer o Controle Interno, salvo melhor entendimento ou juízo.

Vitória do Jari - AP, 10 de Maio de 2022.

Jorge Lopes Rodrigues
Controlador do Controle Interno do Município
Dec. 012/2021-GAB/PMVJ

Missilene Dias da Cruz
CPLCOS SEMED-FME/PMVJ
C. 059/2021-GAB/PMVJ

PSR. José Semião de Souza, 4941 – CEP: 68.924-000
Vitória do Jari – Amapá * CNPJ: 00.720.553/0001-19
www.vitoriadojari.ap.gov.br